

**A IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS ESCOLARES NA CONSTITUIÇÃO DA
SOCIEDADE MINEIRA**

**THE IMPORTANCE OF SCHOOL GROUPS IN THE CONSTITUTION
OF SOCIETY OF MINEIRA**

**LA IMPORTANCIA DE LOS GRUPOS ESCOLARES EN LA
CONSTITUCIÓN DE LA SOCIEDAD DE MINEIRA**

Leonice Vieira de Jesus Paixão 

Mestre em Educação, Doutorando do Programa de Pós Graduação PPGE - UNIUBE, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Educação e Sociedade – GHES. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: leonicepibid2011@gmail.com

Rosângela Silveira Rodrigues 

Doutora em Educação, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Educação e Sociedade – GHES. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: rosangesr@gmail.com

Maria Nadurce da Silva 

Mestre em Educação, Doutoranda do Programa de Pós Graduação PPGE - UNB, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Educação e Sociedade – GHES. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: nadurce@gmail.com

Islei Gonçalves Rabelo 

Mestre em Educação, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Educação e Sociedade – GHES. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: isleirabelo@hotmail.com

RESUMO

Este artigo é resultado parcial do recorte de uma pesquisa maior intitulada “Memória e história das instituições escolares do norte e noroeste de Minas Gerais: uma contribuição para a criação de acervo histórico/memória das escolas públicas mineiras”, tendo como objetivo historicizar a instituição escolar de forma a construir sua história e auxiliar na construção de seu acervo histórico/memória educativa na referida escola. Esta pesquisa foi aprovada pela Resolução nº. 260/2012, CEPEX/Unimontes. O estudo ora apresentado, representa um estudo bibliográfico realizado sobre a importância dos Grupos Escolares e a sua influência na formação da sociedade mineira. Para a sua realização foi feita uma pesquisa bibliográfica *online*, na plataforma BDTD



(Banco Digital de Teses e Dissertações), sobre o tema “grupo escolar influência sociedade mineira”. Dos trabalhos analisados utilizamos para o aprofundamento: Faria Filho (1991, 1996 e 1998), Gonçalves (2004), Isob (2008), Vieira (2011) e utilizamos ainda como suporte teórico, Saviani (2008). Com o estudo concluímos que os grupos escolares, além de representar por sua arquitetura a imponência exigida pela sociedade, tinham como finalidade formar um homem público para uma sociedade moderna.

Palavras-chave: Grupo Escolar, organização do ensino, sociedade mineira.

ABSTRACT

This article is a partial result of an excerpt from a larger research entitled “Memory and history of school institutions in the north and northwest of Minas Gerais: a contribution to the creation of a historical/memory collection of public schools in Minas Gerais”, with the objective of historicizing the school institution in order to build its history and assist in the construction of its historical collection/educational memory in that school. This research was approved by Resolution n.º. 260/2012, CEPEX/Unimontes. The study presented here represents a bibliographical study carried out on the importance of School Groups and their influence in the formation of society in Minas Gerais. For its realization, an online bibliographical research was carried out, on the BDTD platform (Digital Bank of Theses and Dissertations), on the theme “school group influence society in Minas Gerais”. From the works analyzed, we used for deepening: Faria Filho (1991, 1996 and 1998), Gonçalves (2004), Isob (2008), Vieira (2011) and we also used Saviani (2008) as a theoretical support. With the study, we concluded that the school groups, in addition to representing the grandeur required by society through their architecture, had the purpose of forming a public man for a modern society.

Keywords: School Group, teaching organization, mining society.

RESUMEN

Este artículo es resultado parcial de un extracto de una investigación mayor titulada “Memoria e historia de las instituciones escolares del norte y noroeste de Minas Gerais: una contribución para la creación de un acervo histórico/memorial de las escuelas públicas de Minas Gerais”, con el objetivo de historizar la institución escolar para construir su historia y coadyuvar en la construcción de su acervo histórico/memoria educativa en esa escuela. Esta investigación fue aprobada por Resolución n.º. 260/2012, CEPEX/Unimontes. El estudio que aquí se presenta representa un estudio bibliográfico realizado sobre la importancia de los Grupos Escolares y su influencia en la formación de la sociedad en Minas Gerais. Para su realización, se realizó una investigación bibliográfica en línea, en la plataforma BDTD (Banco Digital de Tesis y Disertaciones), sobre el tema “grupo escolar influencia la sociedad en Minas Gerais”. De las obras analizadas, utilizamos para profundizar: Faria Filho (1991, 1996 y 1998), Gonçalves (2004), Isob (2008), Vieira (2011) y también utilizamos a Saviani (2008) como soporte teórico. Con el estudio concluimos que los grupos escolares, además de representar la grandeza requerida por la sociedad a través de su arquitectura, tenían el propósito de formar un hombre público para una sociedad moderna.

Palabras clave: Grupo Escolar, organización docente, sociedad minera.

INTRODUÇÃO

Para melhor entendimento da temática e aprofundamento, no primeiro momento fizemos o “Estado do Conhecimento” (grifo nosso). Este reside, principalmente, na

necessidade de conhecer os estudos já publicados sobre o objeto pesquisado. Reside também na possibilidade de encontrar subsídios teóricos para melhor se fazer a sua compreensão.

Vale ressaltar também que no campo das pesquisas e das variadas formas de publicação e disseminação do conhecimento, cabe ao pesquisador acompanhar e manter-se atualizado frente ao enorme fluxo de informações e conhecimento que surge a cada dia, o que se torna muito complexo. Neste sentido, Romanowski e Ens (2006), afirmam que o “Estado do Conhecimento” objetiva a sistematização da produção, em uma determinada área do saber, cujo processo já é fundamental para a familiarização e o conhecimento do que vem sendo produzido. Nessa mesma linha de pensamento, Morosini (2015, p. 102), também afirma que esse tipo de pesquisa “consiste na identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

Portanto a realização do “Estado do Conhecimento” possibilita o aprofundamento e o reconhecimento do que já foi produzido sobre uma determinada temática, o que auxilia no entendimento e aprofundamento sobre o assunto tratado.

METODOLOGIA

A partir da ideia de Romanowski e Ens (2006), bem como de Morosini (2015), sobre o “Estado do Conhecimento”, realizamos uma pesquisa *online*, na plataforma BDTD (Banco Digital de Teses e Dissertações), sobre o tema “história dos grupos escolares mineiros”. Sendo utilizado na ferramenta de busca, os descritores: “história grupos escolares mineiros”. Nesta primeira fase, encontramos um total 167 trabalhos, desses 39 eram teses e 128 eram dissertações. Após uma leitura de todos os resumos verificamos que deste total, 10 pesquisas, abordavam os termos de busca, sendo 04 teses e 06 dissertações.

Ainda não satisfeitos com a seleção das pesquisas, continuamos a leitura dos trabalhos, atentos também para o título, palavras-chaves e, principalmente, os objetivos que nos permitiram filtrar, com maior eficácia, a pesquisa do objeto em questão. Nesta seleção foi incluído somente pesquisas que tratavam das influências dos grupos



escolares mineiros na formação da sociedade mineira. Desta fase obtivemos uma nova seleção, com 08 pesquisas, sendo 04 dissertações e 04 teses.

O quadro 01 mostra a relação desta seleção, com a identificação do tipo de pesquisa (dissertação ou tese), o título, autor e o Programa de Pós-graduação (PPG) em que foi realizado a pesquisa.

Quadro 01: Seleção de teses e dissertação para compor o “Estado do Conhecimento”.

Nº	Autor/Ano	Título	PPG	T	D
01	Luciano Mendes de Faria Filho/1996	Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em belo horizonte - 1906/1918.	Universidade de São Paulo, USP	X	
02	Rogéria Moreira Rezende Isob /2008	Educação e civilização no sertão: Práticas de constituição do modelo escolar no triângulo mineiro (1906-1920)	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	X	
03	Eliza Cristiane de Rezende Marques / 2019	Cenários da instrução pública primária mineira: os grupos escolares na Primeira República	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	X	
04	Irlen Antônio Gonçalves / 2004	CULTURA ESCOLAR: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891 – 1918)	Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG	X	
05	Luciano Mendes de Faria Filho /1991	Republica, trabalho e educação: a experiência do instituto João Pinheiro (1909/1934)	Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG		X
06	Lívia Carolina Vieira / 2011	Das escolas isoladas ao grupo escolar: a instituição pública primária em Mariana – MG (1889-1915)	Universidade Federal de São Carlos		X
07	Priscila Alves Ferreira /2013	A Escola Normal de Juiz de Fora: crises e permanências (1881-1911)	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ		X
08	Andréia Magalhães Dias Almeida/2017	O desenho na reforma João Pinheiro de 1906 em Minas Gerais	Universidade Federal de Juiz de Fora		X

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras.

Após a realização da pesquisa do “Estado do conhecimento” realizamos o aprofundamento visando entender a influência dos grupos escolares na formação da sociedade mineira. Para tanto foram selecionados os trabalhos de Luciano Mendes de Faria Filho (1991 e 1996), Irlen Antônio Gonçalves (2004), Rogéria Moreira Rezende Isob (2008), Lívia Carolina Vieira (2011) e Dermeval Saviani (2008).

GRUPO ESCOLAR MINEIRO, IMPLEMENTAÇÕES E INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE MINEIRA

Os Grupos Escolares não são uma invenção dos políticos mineiros. Tiveram como modelo as instituições paulistas, que por sua vez, buscaram modelos estrangeiros, sendo influenciados principalmente pelos europeus. No final do século XIX foram instalados os primeiros Grupos Escolares no Brasil, sendo em São Paulo, o primeiro Grupo em 1894, no Rio de Janeiro em 1897, no Maranhão e Paraná em 1903, e em Minas Gerais foram criados a partir de 1906 (VIEIRA, 2011, p.76).

A necessidade se dava pelas várias críticas dos republicanos com relação a precariedade das escolas isoladas e do seu ensino. Entre as dificuldades apontadas, constavam: o fato de haver um único professor para atender os diferentes níveis de aprendizagem dos alunos, falta de controle do Estado sobre as escolas isoladas, falta de material, falta de um espaço apropriado para a escola, baixa frequência dos alunos, dentre outros problemas. Expandir a instrução pública passou a ser uma das preocupações, principalmente, porque a escola passou a ser considerada essencial para que o novo regime, a República, fosse consolidado.

Além das críticas apresentadas, outro problema era a preocupação de se construir prédios apropriados para que as escolas fossem instaladas. Segundo Faria Filho (1996. P. 34):

No ano de 1897, Henrique Augusto de Oliveira Diniz, Secretário dos Negócios do interior (responsável pelas questões afetas à instrução pública) do governo do Presidente Bias Fortes, mostrou-se preocupado em expandir a instrução pública por considerá-la essencial para a consolidação do regime republicano: A República será verdadeiramente amada quando constituir-se em sentimento consciente do povo e a difusão desse sentimento fundamental só poderá ser generalizada e fortalecida pela instrução.

Envolvidos no movimento de renovação da escola que acontecia no país, os políticos republicanos buscaram fora do território mineiro, inspiração para a reforma do

ensino, com o intuito de conhecer as mais modernas formas de organização de sistemas de ensino.

Conforme Faria Filho (1996), no início do século XX o povo do Estado de Minas Gerais passou a discutir a possibilidade de organizar sua educação pública primária conforme a organização dos Grupos Escolares propostos pelo Estado de São Paulo.

Reforçando Filho, Isob (2008), infere que o inspetor escolar Estevam de Oliveira foi encaminhado como representante do governo estadual para conhecer a organização escolar em São Paulo e no Rio de Janeiro. Teve como resultado dessa experiência, um relatório tecendo suas críticas à educação primária de Minas Gerais e apresentando propostas de reforma com base no exemplo paulista pelo “estupendo e admirável progresso em matéria de ensino público” (ISOB, 2008, p. 12).

Essa nova forma de organização substituiria as escolas isoladas que ainda remetiam à representação escolar do Império. Com o objetivo de enfatizar aqui a instrução pública primária do Estado de Minas Gerais nos primeiros anos do Brasil República, Saviani (2008, p. 173-174), ressalta que:

Conforme relata Luciano Mendes de Faria Filho, ao realizar viagem técnica em 1902, quase uma década após a implantação dos grupos escolares em São Paulo, o inspetor do Ensino de Minas Gerais, Estevam de Oliveira, “ficou deslumbrado com o espetáculo de ordem, civismo, disciplina, seriedade e competência que disse observar nas instituições de instrução primária da capital paulista” (FARIA FILHO, 2000, p. 27). Essa viagem foi decisiva para transformar Estevam de Oliveira em defensor ardoroso da implantação desse modelo em Minas Gerais, no que ele foi seguido pela “totalidade dos inspetores escolares” assim como por “boa parte dos políticos e autoridades republicanas” (*idem, ibidem*).

Tendo como referência o modelo escolar paulista, o governo mineiro mobilizou estratégias e procedimentos que configuraram um determinado modelo escolar de educação – caracterizado por uma determinada concepção pedagógica e política educacional – que possibilitou a constituição de uma nova cultura escolar em Minas Gerais.

Em setembro de 1906, o então Presidente do Estado de Minas Gerais, o Dr. João Pinheiro da Silva, juntamente com seu Secretário do Interior, Dr. Manuel Tomaz de Carvalho Brito, introduziram em Minas Gerais uma modificação substancial no ensino primário: a instituição dos grupos escolares. Sendo autorizado pela Lei número 439 de 28 de setembro de 1906, o governo passou a reformar o ensino primário, normal e

superior do Estado. Interessa-nos, aqui, mostrar as principais modificações no ensino primário. Entender e analisar a Reforma de 1906.

A Reforma promovida no ano de 1906, trouxe um novo modelo escolar não mais centrado nas escolas isoladas. Segundo Faria Filho (1996, p.45):

As escolas isoladas evocavam uma realidade muito distante daquela projetada na Reforma de João Pinheiro. Por isso não significavam um rascunho a ser aperfeiçoado, mas, algo a ser substituído, apagado, e, ao mesmo tempo, algo produzido na memória como passado que fora (ou deveria ser) extirpado para dar lugar ao novo.

Dessa forma, o foco passa a ser a constituição dos Grupos Escolares, que eram vistos como a possibilidade de preparar os sujeitos dentro de uma nova realidade: a vida republicana. Os Grupos Escolares seriam constituídos de tantas escolas isoladas quanto fossem necessárias para que o curso primário fosse ministrado. Nas localidades onde houvesse um número mínimo de quatro escolas isoladas, com matrícula superior ao número de 45 alunos, o governo poderia reunir essas escolas em lugar apropriado, formando um Grupo Escolar.

Portanto, os grupos escolares foram criados para reunir em um só prédio as escolas de primeiras letras cuja organização estrutural se apresentava pela formação de uma sala de aula com seu professor e seus alunos. Até então, cada sala de aula ou classe isolada era considerada uma escola. O grupo escolar passou a reunir estas escolas em um só espaço físico, agrupando várias salas de aula, cada uma com seu respectivo professor, com 01 (um) diretor e organização seriada.

A organização do ensino tendo como formato a adoção dos Grupos Escolares como modelos de organização escolar, traziam uma nova concepção do educativo escolar, fazendo parte de um agenciamento maior de construção e consolidação de uma nova cultura escolar e da ordem urbana.

Segundo Faria Filho (1998)

a adoção do grupo escolar como representação da nova forma escolar que construía e se impunha, e a conseqüente crítica às escolas isoladas, implicou a construção de novos "espaços" escolares, novos monumentos que materializassem e dessem visibilidade aos novos signos políticos, culturais e aos novos tempos que se pretendia instaurar.

Ainda segundo o autor (1998), os grupos escolares constituíram-se no símbolo do Estado Republicano. Traduziam o poder elitista da república através de sua imponência arquitetônica.

Além destas mudanças, segundo o autor (1998), percebe-se também a inclusão de “material escolar vinculado ao novo método que marcaria a história do ensino



primário brasileiro – o método intuitivo ou lições de coisas – (...)” (FARIA FILHO, 1998, p. 21). Saviani (2008, p.172), complementa, de modo a esclarecer que o princípio pedagógico adotado pelos grupos escolares foi denominado, na década dos anos de 1930, pela Escola Nova, de “pedagogia tradicional”, onde entre seus princípios localiza-se o “método intuitivo¹.”

Além disso, o modelo dos Grupos Escolares para a educação primária da República não desconsiderou a herança da educação jesuítica realizada ainda em tempos de colônia. Algumas características se mantiveram: a divisão de alunos por séries, classes com alunos sentados em fila, divisão das salas por nível de aprendizagem, salas separas por gêneros: masculinos e femininos; um método que teve como base o *Ratio Studiorum* (matriz da escola jesuítica); ensino que se pautava na disciplina, cumprimento das normas, e utilizava do canto e do teatro para ensinar, além da memorização; a disciplina e a premiação dos alunos que se destacavam além da intensa fiscalização (VIEIRA, 2011, p. 75).

É certo que a reforma do ensino primário no Estado de Minas Gerais e seus Municípios não pode ser compreendida somente a partir de análise regional fragmentada, porém, teve como primeira ação a decretação da reforma do ensino primário. Entende-se assim, a relevância política atribuída pelo presidente ao ato. Esta relevância está presente na mensagem do próprio presidente, citada por Gonçalves:

Pela ordem da relevância, a Instrução Primária, assunto capitalíssimo que é para a sorte de um povo, foi a primeira reforma decretada pelo Governo, de acordo com a autorização legislativa no regulamento, que baixou com o Decreto nº 1.960, de 16 de dezembro de 1906. (GONÇALVES, 2004. p. 34)

Assim sendo, necessário se faz dimensionar a Reforma João Pinheiro de 1906 numa perspectiva de historicidade enquanto esta buscou estabelecer rumos para a instrução primária pública mineira no início do século XX. Segundo Araújo, (2004, p.46):

Tal direção implica em assumir a memória educacional construída e expressa no campo político e partidário do final do período imperial como instâncias que vieram reunindo e acumulando análises, explicações e interpretações sobre a escolarização e seus obstáculos naquele período da história educacional brasileira. Infelizmente, apesar de tanto vigor e idealismo, essas escolas educaram deficientemente a população urbana e quase nada as massas rurais; e as poucas instituições de qualidade eram bastiões de privilégio. Praticamente dois terços de todos os mineiros com mais de sete anos ainda eram analfabetos na época da revolução de 1930.

¹Método de ensino baseado na intuição, onde por meio da observação das coisas o aluno aprende a partir da imitabilidade das práticas pedagógicas



Sobre esta perspectiva, fica evidente que os grupos escolares representaram uma forma de padrão cultural escolar requisitado pelas elites dirigentes do país, a qual ressaltava a constituição desses, sem perder de vistas as demais instituições de ensino que participaram juntamente com eles na construção da modernidade republicana.

De acordo com Faria Filho (1996, p.33), na concretização desses novos ideais republicanos políticos, sociais e culturais vividos pela nação brasileira, o Grupo Escolar apresentava-se como um meio de substituição às representações de um mundo religioso e doméstico, enraizado na tradição, com objetivo de aproximar-se de uma cultura urbana, que tinha como finalidade formar um homem público para uma sociedade moderna.

Dessa forma os grupos escolares se tornaram um canal de racionalização da sociedade da época, inculcando na mesma, novas tradições. O Grupo Escolar, e a educação por ele oferecida começaram então a fazer parte do cenário das cidades e se tornaram referências de urbanidade e de novos costumes.

Cumprir destacar que, a partir de 1908, os prédios dos grupos escolares passam a fazer parte do cenário urbano da Capital mineira e das cidades que seguiram esse modelo. Construídos de acordo com os mais modernos preceitos pedagógicos e de higiene, eles estavam também de acordo, com os preceitos arquitetônicos defendidos para os prédios públicos da Capital. Estes eram construídos para serem vistos, admirados e reverenciados. Devem ser tidos como modelares, para outros estabelecimentos, e modeladores de hábitos, atitudes e sensibilidades. (FARIA FILHO, 1996, p. 40)

De modo a demonstrar a imponência e a instrumentalização, os prédios escolares representaram um avanço urbano civilizador não só para a capital do Estado, mas de forma geral, para todas as cidades onde os Grupos Escolares se instalaram.

A referência direcionada aos prédios escolares como - palácios da educação -, citados por Faria Filho, significa, nesse contexto, os ecos civilizatórios que a modernidade da República buscava implementar por meio das construções dos espaços majestosos dos grupos escolares, e dessa forma, os indivíduos se remetiam aos espaços determinados à escolarização. Também, assim nesses espaços, há a representação do poder que o Estado exercia sob os indivíduos e a formação dos filhos da classe mais abastada.

Portanto, o modelo de formação oferecido pelos Grupos Escolares representava simbolicamente para a sociedade o domínio cultural e social de uma determinada parcela da sociedade que ali poderia matricular seus filhos e formar os cidadãos que seriam os dirigentes daquela região.

REFERÊNCIAS:

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Republica, trabalho e educação: a experiência do instituto João Pinheiro (1909/1934)**. Dissertação pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. 1991. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em belo horizonte - 1906/1918**. Tese pela Universidade de São Paulo, USP 1996. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

GONÇALVES, Irlen Antônio. **CULTURA ESCOLAR: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891 – 1918)**. Tese Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. 2004. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

ISOB, Rogéria Moreira Rezende. **Educação e civilização no sertão: Práticas de constituição do modelo escolar no triângulo mineiro (1906-1920)**. Tese - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2008. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

SAVIANI, Dermeval. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. In: NASCIMENTO, Maria Isabel de Moura [*et.al.*] (orgs). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, p. 3 a 27, 2007.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. 10ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VIEIRA, Livia Carolina. **Das escolas isoladas ao Grupo Escolar: a instrução pública primária em Mariana - MG (1889-1915)**. Dissertação -- São Carlos: UFSCar, 2011. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>

